

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: um resgate da atuação do Serviço Social na rede municipal de educação de Maceió-AL

Mayra de Queiroz Barbosa¹

RESUMO

O propósito deste texto é trazer ao leitor/a uma análise dos processos sociais que permitiram o reconhecimento legal da atuação do Serviço Social no âmbito da educação básica em território nacional, trazendo uma abertura para a experiência do município de Maceió. Nossa análise considera o acervo histórico da atuação de assistentes sociais na educação brasileira à conjuntura de debates e elaborações de documentos pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), apontamos os avanços na luta da categoria ao estabelecimento da Lei nº 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Acerca da inserção de assistentes sociais na rede básica de educação, privilegiamos trazer um resgate das últimas duas décadas do Serviço Social no município de Maceió, atualizando os últimos debates acerca da referida Lei.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Lei.

ABSTRACT

The purpose of this text is to bring the reader an analysis of the social processes that will allow the legal recognition of the work of Social Work in the field of basic education in the national territory, bringing an opening to the experience of the municipality of Maceió. Our analysis considers the historical collection of the work of social workers in Brazilian education to the conjuncture of debates and elaboration of documents by the Federal Council of Social Service (CFESS) and the Regional Councils of Social Service (CRESS), pointing out the advances in the fight of the category to the establishment of Law No. 13.935, which provides for the provision of psychology and social services in public basic education networks. Regarding the insertion of social workers in the basic education network, we privileged to bring a rescue of the last two decades of Social Work in the city of Maceió, updating the latest debates about the referred Law.

Keywords: Social service. Education. Law.

¹ Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca/Unidade Palmeira dos Índios; Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social PPGSS/FSSO/UFAL; mayra.barbosa@palmeira.ufal.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que historicamente vem atuando no âmbito da educação brasileira, todavia, a necessidade da inserção de assistente sociais na rede pública de educação básica têm sido debatido pela categoria profissional, enquanto uma das bandeiras de luta. Isso porque, somente o reconhecimento histórico não tem garantido a inserção destes profissionais na educação brasileira, para tanto, a luta tem se dado mediante os espaços e tramites jurídico para o reconhecimento e necessidade de se ter no quadro de profissionais que atuam na rede de educação básica, a presença do/a profissional de Serviço Social, bem como de psicologia. Nesta direção, o texto traz uma análise acerca do acervo histórico da atuação da profissão na educação brasileira, refletindo a luta da categoria à atual Lei nº 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Acerca da particularidade das experiências do Serviço Social na educação básica, priorizamos em nossa análise, regatar e atualizar a experiência da profissão na educação básica da rede pública do município de Maceió, trazendo ao leitor um levantamento das últimas duas décadas (2000-2023) e os últimos avanços e discussões no município. Fundamentamos nossa análise a partir dos estudos de BARBOSA (2009; 2015), e demais autores; bem como do estudo documental a partir de documentos elaborados pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2001; 2011 e 2012) e da Lei 13.935 de 2019.

2 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DA LUTA HISTÓRICA DA CATEGORIA À LEI 13.935/2019

Diferentes estudos apontam que a atuação do Serviço Social na área da educação remota aos primeiros anos da profissão no Brasil, precisamente, nos finais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dos anos de 1930 e início de 1940, momento histórico que vislumbramos no cenário brasileiro a expansão de um mercado de trabalho engolfado pelas reivindicações postas pelos movimentos da classe trabalhadora por direitos civis, políticos e sociais. É no interior deste mercado de trabalho e da regulação de alguns direitos sociais por parte do Estado, que as primeiras turmas de assistentes sociais, recém-formadas, no Brasil, são absorvidas pela máquina pública para desenvolverem sua atividade profissional mediante os serviços sociais nas áreas da saúde, **educação**, assistência social, infância, habitação, dentre outras, as quais estavam sendo organizados e estruturados pelas instituições estatais, privadas e/ou paraestatais, como assinala o estudo de Iamamoto e Carvalho (2007).

É importante considerar que, naquele momento, a atuação da profissão nos espaços educacionais não se restringia à escola, estendendo as atividades educacionais à comunidade, a fim de “ajustar” os sujeitos sociais às demandas da sociedade que se industrializava. Nesta direção, a atuação do Serviço Social na educação esteve essencialmente vinculada a ao menos três condicionantes que, neste breve texto, podemos mencionar: ao processo de industrialização tardia do país que requirava mão de obra minimamente qualificada para o mercado de trabalho; às demandas postas pela classe trabalhadora que se expandiam e passou a reivindicar a educação escolar; e a uma pretensa exigência, por parte da burguesia e do Estado, por uma formação profissional (qualificada) que lidasse com as expressões e desdobramentos da questão social, as quais passaram a adentrar e nos canais institucionais, requisitando respostas. De fato, esse último condicionante esteve ligado aos interesses das camadas elitizadas da sociedade brasileira e, portanto, da reprodução do capital naqueles países que não vivenciaram a experiência do *Welfare State*, mas que em determinada medida precisava responder a algumas demandas sociais que permitem dinamizar a reprodução econômica. A

Quanto à prática profissional, precisamente, na área da educação, essa esteve vinculada ao direcionamento dado à formação da categoria nas primeiras décadas, no Brasil, cuja bases estiveram fundamentadas nas raízes da perspectiva conservadora,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sejam vinculadas ao humanismo-cristão, ao positivismo e à fenomenologia, bem como, a tantos outros direcionamentos que engessaram a prática profissional, a exemplo do determinismo, do evolucionismo, fortalecendo a visão de naturalização da pobreza e da miserabilidade vivenciada pela classe trabalhadora. As práticas conservadoras no interior da profissão reverberam não apenas na área da educação, mas nas diversas áreas de atuação que se consolidava como espaços sócio-ocupacional do Serviço Social.

Especificamente, na educação brasileira, a atuação do/a assistente social nas primeiras experiências, o qual convencionalmente veio a se denominar por “Serviço Social escolar”¹, teve por objetivo atuar junto a tríade criança-família/comunidade-escola, expressivamente, numa perspectiva de ajustamento, do disciplinamento e da integração das famílias/comunidade ao ambiente escolar, e esse último às demandas da sociedade que se industrializava, entre elas, a formação de quadros de mão de obra ajustáveis e disciplinados ao mercado de trabalho, Estamos, portanto, tratando de uma relação que possui expressividade na luta de classes, a relação entre capital e trabalho, e em seu interior a apropriação pelas forças do capital de demais esferas da reprodução da vida social, a exemplo da educação.

A década de 1950, expressa claramente essa relação, precisamente, a partir do Desenvolvimento de Comunidade (DC), incentivado pelo governo de Juscelino Kubitschek (JK), que se estendeu até a ditadura militar. Durante o governo de JK, o qual teve como objetivo o desenvolvimento e o progresso econômico, a partir da injeção de incentivos ao desenvolvimento tecnológico, infraestrutura e na construção de hidroelétricas, as práticas do “Serviço Social escolar” no interior do DC tiveram como público-alvo, crianças, adolescentes e adultos, com o objetivo de identificar nestes sujeitos sociais a “situação problema”, e a partir desta propor uma resolução mediante o ajustamento do indivíduo ao meio, mediante o desenvolvimento da educação popular e rural. A prática no interior da educação popular e rural, embebecida pelo discurso do desenvolvimentismo, entendeu-se até meados da ditadura militar, sendo interrompida ora pelas políticas ditatoriais, ora pela

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

perseguição aos intelectuais que propuseram, no interior da educação para os trabalhadores, o direcionamento vinculado à formação da consciência de classe.

É nesse cenário que ganha relevo a intencionalidade de ruptura do Serviço Social com as perspectivas conservadoras no interior da formação e da prática profissional dos/as assistentes sociais, primado na aproximação intelectual do Serviço Social com o marxismo e com os movimentos políticos orquestrado por forças populares, os quais tiveram impacto sobre o direcionamento dado à prática profissional na educação, na saúde, na assistência social, na infância, dentre tantas outras.

Trazendo para a área da educação, o amadurecimento intelectual e político da profissão, permitiram o estreitamento da prática profissional vinculado à defesa dos interesses e do projeto societário da classe trabalhadora, sobretudo, consagrados pela defesa dos direitos sociais e da democracia. Sob tal direcionamento, a atuação da profissão na educação passou a primar por ações e respostas profissionais que permitissem aos indivíduos se perceberem enquanto sujeitos sociais pertencentes a uma classe social e seu papel no processo de transformação da realidade social. Enfaticamente, esse direcionamento foi primado por uma concepção de educação enquanto instrumento de formação da consciência de classe, e não como canal de disciplinamento e ajustamento dos indivíduos.

O Pós-Constituição Federal de 1988 e a entrada dos anos de 1990, marcam o que podemos chamar de uma onda de avanços e desafios postos à profissão em meio ao mar de contradições entre a expansão da política de educação e os desafios de sua estruturação, na absorção das demandas e na garantia ao acesso e permanência dos sujeitos sociais à educação básica, à profissional e tecnologia, e à superior.

Sem dúvidas, a última década do século XX foi marcada por intensas lutas reivindicatórias pelos direitos democráticos instituídos pela Constituição Federal de 1988. Precisamente, na educação, dois grandes documentos foram fundamentais, a saber: o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Bases da Educação (LDB) – Lei de nº 9.394 de 1996, os quais asseguraram garantia do acesso e da permanência dos sujeitos sociais à educação. Somado a esses avanços, a categoria profissional, naquela década, apontou a necessidade de inserir em sua agenda de lutas – o reconhecimento histórico e legal (jurídico), por parte do Estado, da importância, da contribuição histórica e da necessidade de se garantir a atuação do/a assistente social na política de educação brasileira?

Chegamos ao século XXI, com uma categoria profissional impulsionada em discutir a inserção e o reconhecimento do Serviço Social na educação brasileira. Precisamente, em 2001, as discussões acerca da temática foram direcionadas pelo Conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) mediante pesquisas, fóruns e seminários em níveis federais e regionais. As discussões foram objetivadas na Cartilha "Serviço Social na Educação", de 2001, elaborada pelo Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação, do CFESS. O referido documento objetivou contribuir com as discussões da profissão na área, bem como aprofundar a reflexão acerca da concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional.

A primeira década do século XXI, foi marcada por debates regionais acerca da inserção do Serviço Social na educação básica, culminando no Projeto de Lei nº 3688/2000 (transformado em PLC 060/2007 no Senado). Os debates acerca do tema exigiram da categoria profissional a estruturação e organização do debate em documento, os quais foram elaborados pelo Conjunto CFESS/CRESS, em 2011 e 2012, respectivamente, intitulados Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação e os Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação.

Tais elaborações foram e se põem como documentos orientadores da formação e da prática profissional de assistentes sociais na política de educação. Atualmente, tem fortalecido a defesa da educação enquanto direito social e a atuação da profissão partir de preceitos e princípios orientados pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da profissão 8662/1993. No documento de 2011, aponta-se

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

que o Serviço Social atua em diferentes modalidades da educação: na educação infantil, no ensino fundamental, na educação especial, no ensino médio, na educação de jovens e adultos, na educação profissional e tecnológica, na educação superior e indígena, no interior de programas e projetos governamentais e não governamentais voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada, bem como nas ações estratégicas nas políticas de cotas e ações afirmativas, na análises socioeconômicas dos alunos, que asseguram sua permanência nos espaços educacionais a partir da assistência estudantil, mediante bolsas alimentação, moradia, transporte, etc. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 51)

As discussões avançaram durante os anos 2000, perpassando também os espaços acadêmicos, mediante as discussões dos grupos de pesquisa das Universidades, nos Trabalhos de Conclusão de Curso e nos Programas de Pós-graduação como tema de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Este conjunto de produções e debates se somaram aos Projetos de Lei acerca da implementação do Serviço Social e Psicólogos na educação básica brasileira, a saber: o PL 3688/2000 (transformado em PLC 060/2007 no Senado), o PL 6478/2009, o PL 6874/2010 e a PEC 13/2007 tratam desse assunto no Congresso Nacional à Lei 13.935, sancionada em 11 dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. A lei situa que,

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. (BRASIL, p. 01, 2019)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Apesar da atuação histórica do Serviço Social na educação e da Lei 13.935/2019 deixar clara a necessidade do/a assistente social e de psicólogos fazerem parte do espaço educacional, mediante a composição de equipes multiprofissionais, todavia, grande parcela das escolas brasileiras não dispõe destes profissionais na rede básica. A Lei destaca que os sistemas de ensino teriam, a partir de sua promulgação, o prazo de 1 (um) ano para tomar as providências de contratação³. Passados os anos de 2020 a 2023, poucos são os municípios brasileiros que têm atendido a referida Lei. O não cumprimento tem sido justificado pela crise econômica instalada no país; pela pandemia que implicou nas atividades escolares; e pela falta de recursos dos municípios para contratação dos profissionais. Feita tais considerações, vejamos como tem se apresentado a experiência do Serviço Social na rede pública de ensino municipal de Maceió e o atual cenário de cumprimento da Lei em vigor.

3 RESGATE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MACEIÓ: uma análise dos últimos 20 anos (2000-2023)

O Estado de Alagoas, situado na região nordeste do Brasil, possui 102 municípios, distribuídos em três regiões: o litoral arenoso, a Zona da Mata e o Agreste, sendo sua capital o município de Maceió. O referido município que possui um território de 509,6 km² conta, conforme dados de 2020, com uma população de mais de 1,025 milhão. Conforme dados, de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a população da capital alagoana, tem como rede pública de ensino que se estabelecem mediante as escolas: municipais total de 141 e escolas estaduais no total de 103. Ainda segundo o INEP, rede pública de ensino se classifica em tipos de escola, seguida da seguinte porcentagem: 1,6% instância federal; 32,85% estadual; 27,25% municipal; e 38,30% particular. Quanto

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ao ensino tecnológico e superior são desempenhados pelos Institutos Federais de Alagoas (IFAL); e o ensino superior pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

No que tange à inserção e à ampliação do quadro de assistentes sociais na educação básica de Maceió, não se difere da realidade histórica das demais experiências em território brasileiro, deu-se vinculada à execução de programas e projetos voltados para a melhoria das condições de vida dos/as alunos/as e suas famílias, os quais implicavam no acesso e permanência destes sujeitos à escola. Apontamos em outros estudos que, na década de 1990, o processo de descentralização das políticas sociais e a municipalização dos serviços sociais, impulsionaram à criação de novos projetos educacionais à nível municipal, os quais objetivaram combater os índices de evasão e repetência escolar, além de outras demandas relativas às expressões e desdobramentos da questão social. Essas condições, pôs a necessidade de contratação de profissionais para atuar junto aos serviços educacionais.

Conforme Albuquerque (2010), tais questões puseram para a pauta de discussões nas unidades escolares a possibilidade de criação de equipes multidisciplinares para o enfrentamento às demandas que se apresentavam de modo mais agravado. A partir desses debates, colocou-se a necessidade de inserção de assistentes sociais no quadro técnico da SEMED, ratificando a necessidade da atuação desses profissionais face às demandas apresentadas nas unidades escolares, a partir da gestão democrática, dos programas especiais e de recursos humanos. Nessa direção, a inserção do Serviço Social na educação municipal de Maceió se deu, primeiramente, a partir de sua inserção na SEMED, através de concurso público no ano de 2001, no qual foram direcionadas 05 (cinco) vagas para o cargo de assistente social para atuarem junto ao Projeto de Ficha do Aluno Infrequente (FICAI).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No entanto, devido a manutenção dos altos índices de evasão, pobreza, violência, tráfico e uso de drogas nos espaços educacionais do município, em 2004, foi ampliado o projeto FICAI para 14 (quatorze) escolas, incluindo os bairros do Benedito Bentes, Serraria e Mangabeiras. Diante disso em 2004, atendendo às exigências do Ministério Público Estadual, foi realizado concurso público, nomeando 07 (sete) profissionais de Serviço Social. No ano seguinte, foram nomeadas mais 38 assistentes sociais, sendo lotadas nas unidades escolares da rede. O projeto foi considerado pela Secretaria e órgão do Estado como instrumento de enfrentamento à evasão escolar, assim, em 2005 foi novamente ampliado, cobrindo 38 escolas.

Em 2007, o projeto FICAI foi novamente ampliado nas escolas da rede municipal, cobrindo 47 escolas das 102 escolas do município, naquele período. Diante disso, foi realizado concurso público naquele ano, ofertando 30 vagas para o cargo de assistente social, porém, somente 15 profissionais foram nomeados/as, totalizando o número de 46 (quarenta e seis) assistentes sociais nas escolas, além de 05 (cinco) na Coordenação de Serviço Social – CAS e 01 (uma) no setor de Recursos Humanos.

O progressivo aumento de assistente sociais na rede municipal de educação de Maceió passou a exigir estratégias de capacitação da prática profissional coerente com o projeto ético-político da profissão e com uma concepção de educação enquanto direito social, assim, uma destas estratégias foi a elaboração do Plano de Ação do Serviço Social da Rede Pública Municipal de Educação de Maceió – AL, Biênio 2011/2012⁴. O Plano de Ação do Serviço Social, realizado por meio de oficinas, incorporou as discussões e reflexões acerca de temáticas como: ações profissionais desenvolvidas nas escolas, instrumentos de intervenção do Serviço Social, demandas e respostas profissionais. Sua construção foi respaldada por grupos de trabalho de acordo com as particularidades dos espaços de atuação anteriormente citados.

Ainda no ano de 2012, ampliando os espaços de discussão, a cidade de Maceió sediou o **I Seminário Nacional de Serviço Social na Educação**, na ocasião realizou-se o **I Seminário Estadual de Serviço Social na Educação**. Os eventos objetivaram fortalecer a luta nacional e regional acerca da inserção de assistentes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociais na educação brasileira, trouxe ao debate as experiências estaduais a partir da defesa da educação enquanto direito social. O evento contou com a exposição da prof.^a Dr.^a Rosa Prédes que destacou em sua fala dos avanços e desafios alcançados no município de Maceió, mencionado a inserção dos profissionais na rede básica mediante o projeto FICAI.

Ainda conforme a relação do Serviço Social com o projeto FICAI, segundo considerações da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, no decorrer dos anos o referido projeto foi perdendo sua operacionalização, devido ao não cumprimento dos trâmites das fichas e a necessidade de uma maior articulação com os condicionantes do Programa Bolsa Família. Diante dessas dificuldades, em 2013, foi criado o Projeto Presença, estruturado a partir do diagnóstico da situação de infrequência registrada na “2ª etapa do Censo Escolar 2012 (rendimento, movimento e taxas de rendimento do ensino regular) e nos dados do Relatório Sintético do Sistema Presença do Ministério da Educação (MEC) relativo ao mês de março/2013.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p. 06) Conforme a SEMED (2013), os dados em questão apontaram para a necessidade de realizar ações de combate à infrequência escolar de forma articulada com a rede socioassistencial, mediante a articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Programa Bolsa Família. Inicialmente, o projeto foi implantado em 50 (cinquenta) escolas da rede municipal, as quais possuíam assistentes sociais.

Dando continuidade as ações do Serviço Social na educação municipal, em 2018 foi criado o Grupo de Trabalho de Planejamento de Serviço Social escolar. É neste ínterim, que em 2019 foi promulgada a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Em 2021, em cumprimento a Lei, o município realizou um processo seletivo simplificado (PSS) para a contratação de 30 (trinta) assistentes sociais, os quais iniciaram suas atividades no início do ano de 2022. Atualmente, conforme a Secretaria Municipal de Educação (2023), a rede pública de ensino de Maceió possui 83 assistentes sociais, que são multiplicadores do Projeto Presença nas escolas. Um

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

avanço a ser considerado diante da realidade de muitos municípios, ao tempo que, também, abre para reflexões acerca do vínculo empregatício que estão se dando estas contratações.

No ano de 2023, em que o Serviço Social completa 30 anos do Código de Ética Profissional e o aniversário da Lei de Regulamentação da profissão, Lei 8.662/93, a agenda elaborada pelo Conselho Federal de Serviço Social ao dia comemorativo do 15 de maio, Dia da/o Assistente Social, teve como tema: “Serviço Social, necessário para o Brasil!”, tal agenda foi dinamizada pelos Conselhos Regionais em território nacional. Particularmente, no estado de Alagoas, no evento organizado pelo CRESS 16ª/AL, incluiu em sua programação o **II Seminário Estadual de Serviço Social na Educação**, realizado no dia 08 de maio do corrente ano, em parceria com a Comissão de Educação do Conselho. O referido seminário teve como público-alvo assistentes sociais que atuam na educação básica, estudantes de Serviço Social e demais profissionais da educação, tendo como objetivo fortalecer a luta em defesa do trabalho de assistentes sociais na Política de Educação.

No corpo de evento foram discutidos elementos que compõem a política de educação brasileira, os quais reafirmam a necessidade de inserção e a contribuição deste profissional no processo de viabilização e garantia dos direitos sociais de educação e do fortalecimento da rede de serviço sociais nos diversos territórios, em que os alunos, as famílias e as comunidades se desenvolverem. O evento contou, também, com a nossa pesquisa do resgate histórico do Serviço Social na rede de educação básica de Maceió, fruto dos estudos do Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2009 e da pesquisa do mestrado publicada em livro no ano de 2015. Além dos estudos desenvolvidos por esta autora, durante sua vida acadêmica, enquanto docente do Curso de Serviço Social da UFAL/Campus Arapiraca/Unidade Palmeira dos Índios, nas diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. De fato, a experiência do município de Maceió, apresenta-se como pioneira para o Estado, no entanto, a luta não termina com a promulgação da Lei, agora, é tempo de luta pela garantia pela inserção por concurso e por melhores condições de trabalho na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



educação básica brasileira, a qual como se pode apreender é um campo histórico de atual da profissão.

3 CONCLUSÃO

As considerações, aqui, realizadas revelam que conquistas foram alcançadas diante de uma luta que se alastrou por décadas em território brasileiro, todavia, novos desafios se mostram à categoria, precisamente, aos profissionais que estão sendo inseridos/as na rede pública de educação de Maceió, ademais, acreditamos que os desafios deverão se comungar com as experiências de outras regiões. Após o evento de maio de 2023, observamos e delimitamos enquanto pesquisadora, ao menos três desafios: 1) a implementação da Lei nº 13.935/2019 de assistentes sociais e psicólogos por concurso público, o qual não apenas permite expandir este espaço de atuação para a prática profissional, como também se torna um *locus* para a formação profissional, a partir da abertura de campos de estágio no município; 2) a construção da atuação profissional do/a assistente social vinculada ao planejamento, à organização e às discussões pedagógicas da escola e de sua participação na equipe multiprofissional; 3) o reconhecimento e a institucionalização de demandas que chegam à educação, mas que não são compreendidas como parte desta política social.

Esse último desafio, nos faz questionar que tais demandas perpassam a escola, no entanto, por tais espaços não possuírem assistentes sociais e psicólogos em seu interior, as demandas são encaminhadas a outros profissionais que atuam na rede de serviços socioassistenciais, assim, obscurecem que o primeiro canal de inserção e visibilidade das demandas se apresentou no interior da educação escolar. Assim, a demanda passa a ser reconhecida em outras políticas sociais. Ante ao cenário, acreditamos que o não reconhecimento das demandas imediatas no interior

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dos canais educacionais vem a implicar na não inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação, pois subentende que a demanda está sendo atendida por estes mesmo profissionais em outras políticas. Implica, também, na ausência de aumento de recursos públicos na educação, visto que se demanda fosse compreendida como educacional, colocaria em destaque a necessidade de mais recursos para seu atendimento. E, por fim, implica na ausência de elaboração de novos programas e projetos educacionais vinculados a rede. Ademais, destacamos a necessidade em pensar a atuação profissional não apenas no interior das escolas, mas também ocupar espaços de controle social e planejamento da política social de educação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aucione Fabiana Silva. **O Serviço Social e sua inserção na política de educação no município de Maceió**. Revista Saseal, Maceió, 2010.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A política de educação e o serviço social nas escolas municipais de Maceió**. Maceió, UFAL, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, 2009.

_____. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira**. Campinas: Editoria Papel Social, 2015.

BRASIL. **LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf>. Acesso em: junho 2023.

_____. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: junho de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação.** Brasília, DF: 2012.

_____. **Seminário Nacional Serviço Social na Educação.** CFESS Manifesta, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-MANIFESTA_SEM-EDUCA-Site.pdf>. Acessado em: maio de 2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano de Ação do Serviço Social da Rede Pública Municipal de Educação de Maceió – AL, Biênio 2011/2012.** Maceió, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Presença: uma interlocução com o programa bolsa família.** Maceió, 2013.

NOTAS:

¹ Termo utilizado nas primeiras décadas de atuação do Serviço Social na área da educação, esteve atrelado à dinâmica da formação profissional numa perspectiva fragmentada e de especialização do exercício profissional, o que reverberou na atuação da profissão em outras áreas, sendo apontado pelas seguintes denominações: Serviço Social de menores, Serviço Social de empresa, Serviço Social médico, Serviço Social previdenciário, dentre outras.

² Acerca de um estudo mais aprofundado sobre a temática indicamos como leitura Barbosa (2015).

³ A condição de contratação não específica se o vínculo empregatício se dará por concurso público ou por contrato. Quanto a esse último, pesquisas demonstram que essa modalidade de vínculo tem se alastrado nas diversas áreas de atuação, precisamente, na esfera municipal, um dado preocupante, pois tais contratos possuem prazo de encerramento, acarretando a descontinuidade da atividade profissional.

⁴ O referido Plano teve a contribuição do Projeto de Extensão “Acompanhamento das condições técnicas e éticas para o exercício profissional dos assistentes sociais em Alagoas”¹, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas -UFAL, desenvolvido pelo núcleo de pesquisa e extensão “Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais”, coordenado pela Professora Doutora Rosa Prêdes da UFAL, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 16ª Região e com o Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas – SASEAL.

PROMOÇÃO



APOIO

